

Orçamento de 2018 é sancionado; Justiça receberá R\$ 60 bilhões

O orçamento de 2018 foi [sancionado](#) pelo presidente Michel Temer com vetos. O texto, aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional e publicado nesta quarta-feira (3/1) no *Diário Oficial da União*, prevê despesas de R\$ 3,5 trilhões, déficit primário de R\$ 157 bilhões e crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Dessas despesas totais, R\$ 60,8 bilhões são destinados aos órgãos da Justiça. A Justiça do Trabalho receberá a maior parte do montante (R\$ 20,9 bilhões), seguida pela Justiça Federal (R\$ 11,9 bilhões). Os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público devem receber R\$ 220 milhões e R\$ 93 milhões, respectivamente.

Veja quanto receberá em 2018 cada órgão do Judiciário ligado à União:

Órgão	Valor previsto
Tribunal de Contas da União	R\$ 2,17 bilhões
Supremo Tribunal Federal	R\$ 714 milhões
Superior Tribunal de Justiça	R\$ 1,5 bilhão
Justiça Federal	R\$ 11,96 bilhões
Justiça Militar	R\$ 550 milhões
Justiça Eleitoral	R\$ 8,92 bilhões
Justiça do Trabalho	R\$ 20,90 bilhões
Justiça do Distrito Federal	R\$ 2,81 bilhões
Conselho Nacional de Justiça	R\$ 220,77 milhões
Defensoria Pública da União	R\$ 601,28 milhões
Ministério Público da União	R\$ 6,72 bilhões
Conselho Nacional do Ministério Público	R\$ 93,18 milhões
Advocacia-Geral da União	R\$ 3,62 bilhões

Novo modelo

Este é o primeiro Orçamento aprovado após a entrada em vigor da Emenda Constitucional do Teto de Gastos ([EC 95/16](#)), que limita as despesas públicas à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos. Tirando os recursos a serem usados no refinanciamento da dívida pública (R\$ 1,16 trilhão), sobram à União cerca de R\$ 2,42 trilhões.

Desses, R\$ 112,9 bilhões são destinados a investimentos públicos. Os gastos com Previdência Social somam R\$ 585 bilhões, e o pagamento de juros da dívida pública deverá custar R\$ 316 bilhões. O gasto com funcionalismo público foi estimado em R\$ 322,8 bilhões para 2018.

Esse montante contempla o adiamento de reajustes salariais e o aumento da contribuição previdenciária dos servidores (de 11% para 14%), conforme determinado pela Medida Provisória 805/17.

Uma das novidades deste ano é a destinação de R\$ 1,716 bilhão para um fundo eleitoral, chamado de Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que vai custear com recursos públicos as eleições de 2018. O fundo foi instituído pela última minirreforma eleitoral, aprovada em outubro pelo Congresso Nacional, que virou a Lei 13.487/17.

No texto aprovado pelo Congresso, a previsão para o salário mínimo de 2018 era de R\$ 965. No entanto, o cálculo para o reajuste foi atualizado, levando em conta o PIB e a inflação, e o governo confirmou na última semana o novo mínimo de R\$ 954, em vigor desde o dia 1º de janeiro — aumento de 1,81% em relação ao valor vigente em 2017 (R\$ 937).

Veto

O veto de Michel Temer tratou da estimativa de R\$ 1,5 bilhão em recurso extra para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De acordo com o Palácio do Planalto, apesar do veto aos recursos extras, o Fundeb já possui provisão de cerca de R\$ 14 bilhões para este ano. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

03/01/2018